

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**

---

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 34 DE 20 DE ABRIL DE 2017**

Define Débitos ou Obrigações Consideradas de  
Pequeno Valor, Oriundos de Sentenças Judiciais  
Transitadas em Julgado.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO,**  
Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou  
e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica definido como de “Pequeno Valor”, para os fins  
previstos no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado  
pelos §§3º e 4º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 62, de  
09 de dezembro de 2009, os débitos ou obrigações da  
Administração Direta e Indireta do Município de Salgado  
Filho, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado,  
que tenham valor igual ou inferior a 150 (cento e cinquenta)  
Unidades Fiscais do Município (UFMs).

**Parágrafo único.** Se o valor da execução ultrapassar o  
estabelecido no art. 1º, o pagamento será efetuado por meio de  
precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia do  
crédito do valor excedente para que possa optar pelo  
pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no §3º  
do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do  
art.1º da Emenda Constitucional nº 62/2009.

**Art. 2º** - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno  
valor, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias,  
contados da apresentação de ordem judicial à Secretaria  
Municipal da Fazenda, instruída com certidão ou documento  
demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a  
liquidez da obrigação.

**Art. 3º** - Os débitos e as obrigações tratados nesta Lei,  
individualizados por ação judicial, deverão atender ao limite  
estabelecido na data em que for apresentado o requerimento  
para pagamento perante a Fazenda Municipal.

**Parágrafo único.** Será utilizado, como base de cálculo para o  
estabelecimento do limite disposto nesta Lei, o valor da UFM  
vigente na data da protocolização das respectivas requisições  
de pagamento, no Órgão Público Municipal competente.

**Art. 4º** - Fica vedada a expedição de precatório complementar  
ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento,  
repartição ou quebra do valor da execução.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta  
de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente do  
Município de Salgado Filho-Pr.

**Art. 6º** - A presente Lei entrará em vigor a partir da data  
de sua publicação, revogando a Lei Municipal n. 009, de 02  
de julho de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, em 20 de  
abril de 2017.

**HELTON PEDRO PFEIFER**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Maicon Andre Hendges  
**Código Identificador:565C8E5E**

no dia 24/04/2017. Edição 1238

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>